

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE,
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE --

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Margarida Alexandre Nascimento Afonso, como Primeira Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, Mário Rui Peixoto dos Reis Costa, José Maria Lucas da Silva e Maria da Luz Bastos Gonçalves Martins. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Armando Dias Estácio, Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Joaquim Maria Fernandes Marques, Francisco Luís Ferreira Bento e Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Aquino José Mário de Noronha e Fernanda Martins Guilherme. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Nuno Beirante Domingues. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** José Lima Andrade dos Santos Correia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- José Alberto Conceição Reis, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Lucas da Silva. -----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria da Luz Martins. -----

----- Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Manuela Maia. -----

----- Pedro Miguel Gomes Bastos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Fernanda Guilherme. -----

----- Maria Manuela da Silva Correia Brito Nunes dos Santos, que justificou a sua ausência e não foi substituída. -----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguês Eduardo Jorge Martins** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como toda a gente sabe, no Bairro de Alvalade há bem pouco tempo fizeram umas coisas naquelas pequenas ruas, há quem chame lombas, eu chamo adornos. -----

----- Independentemente de eu não concordar com aquilo, só ponho uma questão à Junta de Freguesia para tentar resolver junto da PSP: Aquelas lombas são passadeiras de peões? Se são passadeiras de peões, as passadeiras de peões que existiam e existem, estão lá, há bem pouco tempo em todo o bairro foi renovada a pintura das passadeiras, as antigas estão lá imediatamente junto àquela lomba. -----

----- Portanto, a minha solicitação é que o mais breve possível tirem aquelas passadeiras antigas, que sejam pintadas a preto para que não haja dívidas. -----

----- Já agora, eu convidada os Membros da Junta a passearem de vez em quando pelas ruas onde fizeram esses fenómenos parques de estacionamento. -----

----- Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Senhor Eduardo Jorge Martins se referia às reformulações de passadeiras relativas à obra de Zona 30 no chamado Bairro de Alvalade Norte e Sul/Poente. -----

----- Essas remodelações de passadeiras deram origem a uma discussão muito curiosa e na qual tinha participado, com alguns agentes da Polícia Municipal que se foram convidando para procurar intervir naquele estacionamento sobrelevado, que não só obstruía a passagem, mas também reduzia a visibilidade de quem saía dos impasses. ----

----- Tinha estado 45 minutos com o Código da Estrada à frente a tentar convencer o agente da Polícia Municipal que se tratava de uma passagem de peões e não de um passeio. Dizia o senhor agente que não, que o Código da Estrada obrigava a que as listas brancas e pretas fossem pintadas. -----

----- Estava com o Código da Estrada na mão, numa versão até razoavelmente atualizada e dizia ao senhor agente que não, desde que estivessem sinalizadas eram consideradas vias para travessia de peões, nalgumas havia sinalização vertical e noutras não. -----

----- Em face dessa dúvida que o senhor agente tinha, que não era por ser obtuso, tinha essa dúvida porque tinha que subsumir corretamente à norma jurídica infringida o auto que ia levantar e podia ser disciplinarmente responsabilizado se o fizesse incorretamente. -----

----- Decidira-se encetar conversações com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, pedindo duas coisas. Em primeiro lugar que contribuísse para a clarificação do conceito que ali estava e em caso de dúvida sobre a sinalização horizontal, a necessidade de listas para o atravessamento daquelas passadeiras, pelo menos colocar sinalização vertical, repor em especial nos locais onde tinha sido removida, como era o caso da Rua Mário de Sá Carneiro e outras, e acima de tudo procurar criar obstáculos físicos à utilização das zonas de curva. -----

----- Era isso que estava no momento a ser estudado pela Direção Municipal de Mobilidade e Transportes. -----

----- Fosse como fosse, pelo menos durante o período diurno haveria seguramente uma mitigação do problema do estacionamento ilegal nessa zona quando fosse implementada, na zona poente da Avenida da Igreja, a Zona 40 da EMEL. Haveria tarifação de todo o eixo da Avenida da Igreja até ao Campo Grande e daquelas transversais onde existia circulação de atravessamento automóvel, a Rua Alberto de Oliveira no lado sul, a Rua Fernando Caldeira no lado sul e a Rua Afonso Lopes Vieira no lado sul e no lado norte. Essas iriam ter tarifação e os restantes impasses teriam estacionamento reservado a residentes, mas também fiscalizado pelos funcionários da EMEL. -----

----- No período das 9 da manhã às 19 horas haveria mitigação do estacionamento ilegal, porque a EMEL tinha também a competência de fazer a verificação do estacionamento, quer fosse em cima do passeio, quer fosse em cima da passadeira. Estava-se perante uma situação seguramente ilegal por infração de normas jurídicas diferentes, mas era ilegal, em cima do passeio ou em cima da passadeira. -----

----- No momento estava a ser concluído o projeto do reaproveitamento dos quatro logradouros que seriam intervencionados e estava a ser estudada a possibilidade de haver intervenção num quinto. Isso tinha atrasado porque havia uma avaliação por parte do IT Centro e da Junta de Freguesia de que esse aproveitamento não devia de ser feito com pavimento betuminoso, em virtude do calor que gerava, do impacto ambiental que gerava, mas com um pavimento enquadado e madeira com gravilha, para ser um pavimento mais permeável e com melhores condições para aquele tipo de espaço. -----

----- No período noturno, na sua opinião e tinham discutido isso em sessões públicas da Junta de Freguesia, onde alguns cidadãos levavam esse problema, o problema nunca se iria resolver sem obstáculos físicos. -----

----- Tinha-se proposto floreiras, porque pelo menos do ponto de vista do espaço público eram mais interessantes, mas a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes estava a avaliar porque tinha reservas em relação a colocar floreiras muito estanques, que podiam dar origem a que os carros sofressem danos. Estava a ponderar uma solução que do ponto de vista do espaço público não lhe parecia uma solução muito boa e estava a tentar que não fosse essa a solução adotada, que eram os pilaretes que se movimentavam ao toque. Havia uns em verde, outros em preto com listas amarelas. Pretendia-se que houvesse um tipo de obstáculo físico que obstasse a que as pessoas aproveitassem a sobrelevação como rampa para o estacionamento em cima do passeio. -----

----- Era um problema que a Junta acompanhava com muita atenção. Não dependia diretamente da Junta de Freguesia resolvê-lo, mas estava muito intensamente a interceder junto das entidades competentes em matéria de ordenamento do estacionamento, que era o Município de Lisboa através da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e da EMEL, para que esse problema fosse corretamente atendido e pudessem ter melhores condições pedonais, que era aliás um objetivo daquela intervenção e que ficava gorado porque as pessoas tinham um aproveitamento do espaço público que nem sempre era o mais adequado à vivência em comunidade. ----

----- Era um problema em que acompanhava o freguês, uma vez que também o vivia diariamente. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS NºS 6 E 7

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que na Ata nº 6 havia a intervenção de um mesmo freguês em dois sítios e aparecia com nomes diferentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Mesa procederia a essa alteração.

----- (procedeu-se à devida correção no original da ata nº6) -----

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação as Atas nº 6 e 7, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Informação Escrita tinha sido distribuída e, portanto, iria só salientar dois ou três aspetos, um de ordem formal e depois os eventos que considerava serem de referir com mais detalhe. -----

----- Do ponto de vista formal, tinha havido um esforço no sentido de acolher uma sugestão em boa hora levantada pela Membro Mariana Teixeira na última Assembleia ordinária, de no que dizia respeito às reuniões procurar identificar o assunto tratado nas mesmas, de maneira a poder haver maior facilidade de leitura. -----

----- Por outro lado, decidira-se organizar a informação por setores, à exceção daquele que era de carácter geral. Nos outros setores temáticos, distribuir para efeitos de melhor leitura e das pessoas lerem de forma organizada. Eram dois critérios de organização novos, organizar por setores e dentro dos setores organizar cronologicamente, para maior facilidade de leitura e maior coerência na apresentação da Informação. Isso na primeira parte, referente às representações. -----

----- Na segunda parte, referente às atividades, ela já era organizada de acordo com os diferentes serviços e os diferentes setores. Mantinha-se essa organização, tendo só o cuidado de nos locais onde as datas pudessem ser relevantes, passar a indicar a data para

se perceber a cronologia de eventos e a dilatação de tempo entre uma e outra coisa, que podia ser uma melhoria importante na qualidade da informação distribuída. -----

----- Do ponto de vista do conteúdo gostava de sublinhar a participação da Junta de Freguesia como coorganizadora do World Padel Tour, no sentido de convidar todos os interessados a estarem presentes. Era uma iniciativa de expressão mundial, que levava os 64 melhores jogadores de Padel do mundo ao Lisboa Racket Center, que ficava ali bem perto, junto da Escola Secundária Padre António Vieira. Teria lugar de 29 de setembro a 5 de outubro. -----

----- Do ponto de vista da cultura, sublinhava a iniciativa dos Coros do Mundo em Lisboa, que era já um sinal do potencial da parceria com a Associação Musical Lisboa Cantat aprovada recentemente na Assembleia de Freguesia. -----

----- Referia a ação de segurança promovida no Jardim do Campo Grande, procurando conjugar todas as forças de segurança e socorro a operar na cidade, desde a Polícia Florestal até à Unidade Cinotécnica do Regimento de Sapadores Bombeiros. Apresentaram o seu dispositivo, numa ação em especial orientada para as crianças, que podiam aprender a andar nos *segway* da Polícia Municipal, fazer um volteio nos cavalos da Polícia Florestal, conhecerem os cães da Brigada Cinotécnica, estarem envolvidos na mostra dos dispositivos, equipamentos e forças de segurança e socorro da cidade, desmistificando e procurando criar desde tenra idade uma cultura orientada para os cuidados de proteção civil. -----

----- Do ponto de vista da ação social, de salientar o rastreio de visão para crianças realizado em parceria entre o Lions Clube de Lisboa Alvalade e a Opticália do Centro Comercial Alvalade, que dera oportunidade de identificar o lamentável estado de saúde dos adolescentes a frequentar a escola usada como piloto para essa iniciativa. Suscitara uma grande preocupação do ponto de vista da saúde ocular das crianças em idade escolar. -----

----- Do ponto de vista da economia e inovação, sublinhava com grande agrado a reunião que tivera com a Senhora Arquitecta Teresa Almeida, que coordenava os fundos europeus do Programa Portugal 2020 no contexto do Município de Lisboa, no sentido de começar a preparar a Freguesia de Alvalade para também concorrer e disputar financiamentos ao nível europeu no próximo Quadro Comunitário de Apoio. Podia ser uma oportunidade que à nova escala da Freguesia poderia ter grande significado. -----

----- Quanto às atividades realizadas e sublinhando por setores mais relevantes, a realização mais uma vez da sardinhada na Escola Básica do 1º Ciclo de São João de Brito e salientar a realização do Programa Alvalade em Férias/Infância, que fora a transformação à identidade própria da Freguesia de Alvalade do extinto Programa Praia/Campo Infância, que era realizado pelo Município de Lisboa. -----

----- Estavam convencidos de que, no contexto da cidade, haver uma certa disputa do ponto de vista da marca que era introduzida e das características individuais que cada Freguesia dava ao seu programa podia gerar uma concorrência bastante sã, tentando cada Junta de Freguesia acrescentar mais aspetos ao programa. A primeira edição tinha sido um sucesso a todos os níveis, quer do ponto de vista do número de crianças envolvidas, quer do ponto de vista da organização, que na extensão do território era muito mais complicada e que se tinha conseguido sem grandes dificuldades. -----

----- Do ponto de vista da comunicação, a preparação do primeiro número da revista da Junta de Freguesia de Alvalade, que estava distribuída nos lugares dos Membros da Assembleia de Freguesia, para tomarem contacto com essa revista. Era no momento uma revista em teste que procurava não apenas divulgar alguma atividade da Freguesia, mas também, como núcleo central da estratégia de comunicação, divulgar o que acontecia na Freguesia. Em cada número encontrariam o sublinhar das atividades com

parceiros, não só aquilo que a Junta de Freguesia fazia por si, mas especialmente dando palco aos parceiros que operavam na Freguesia, para que pudessem também mostrar a sua atividade e dar-se a conhecer. Nessa edição foram essencialmente o Lisboa Racket Center, a pretexto ainda da divulgação e promoção do World Padel Tour, outros clubes estariam e tinha-se dado grande destaque aos serviços de higiene urbana no sentido da humanização da figura do cantoneiro de limpeza e procurando com essa humanização fazer com que os comportamentos cívicos dos cidadãos, no respeitante à higiene urbana, pudessem sair melhorados. Dar um rosto a quem tinha o dever de remover o lixo que os outros produziam, parecia ser um caminho para que as pessoas diminuíssem o tipo de deposição de lixo que faziam. -----

----- Ao mesmo tempo o desenvolvimento e planeamento comunicacional via *facebook* da Junta de Freguesia, que tinha entrado no ar na presente semana com um planeamento diário de publicações e de divulgação, não apenas da atividade da Freguesia, mas da própria Freguesia, do seu território e das suas gentes. -----

----- Do ponto de vista da ação social, realizara-se no período das Festas da Cidade o projeto “O meu vizinho” em parceria com os três centros sociais e paroquiais a operar no território da Freguesia. Os utentes de cada centro paroquial ofereceram aos seus vizinhos um manjerico como participação nas Festas da Cidade. Essas pessoas muitas vezes estavam em isolamento nas suas casas ou já não conseguiam sair para participar naquela parte das Festas da Cidade que acontecia ao ar livre, mas tiveram o seu momento de Festas da Cidade proporcionado pela Junta de Freguesia e pelos centros sociais e paroquiais no seu próprio prédio, em interação com a comunidade que as rodeava numa tentativa de diminuir essas circunstâncias de isolamento. -----

----- Por outro lado, salientar uma visita técnica da OCDE à Freguesia de Alvalade no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano sustentável em sociedades em envelhecimento. Tinha estado a visitar a Cidade de Lisboa como uma das cidades envolvidas nesse estudo da OCDE e o Município de Lisboa escolhera a Freguesia de Alvalade em virtude das suas condições demográficas e fora decidido visitar a Academia Sénior de São João de Brito, o Centro Social e Paroquial do Campo Grande e a Biblioteca dos Coruchéus. Eram três equipamentos, um municipal, outro da União das Misericórdias e outro da Diocese de Lisboa, que tinham intervenção junto da terceira idade. Por fim uma visita à própria Junta de Freguesia e à apresentação dos seus projetos de envelhecimento ativo e saudável atualmente em curso e das perspetivas de futuro nessa área. -----

----- Do ponto de vista da educação, sublinhar a comemoração do Dia Mundial da Criança nas escolas, em articulação com as associações de pais, a preparação do projeto “Escolinha de Ciclismo”, que era um projeto piloto, como fora o projeto de natação para os jardins de infância no ano anterior, que ia lançar-se nas escolas do Agrupamento de Alvalade, a EB1 Teixeira de Pascoais e a EB1 São João de Brito. Se a avaliação fosse positiva seria estendido no próximo ano letivo a todas as escolas básicas da Freguesia. Era feito em articulação com as “Escolinhas de Ciclismo de Lisboa” e teria seguramente um impacto interessante do ponto de vista da formação curricular para a mobilidade suave e para a atividade desportiva. -----

----- Ao mesmo tempo a expansão do tal programa de natação curricular que fora projeto piloto no ano anterior no jardim-de-infância da extinta Freguesia do Campo Grande e que no presente ano seria alargado a todos os jardins de infância da rede pública. Aquilo que o Município já assegurava para o ensino básico, a Junta de Freguesia de Alvalade em parceria com a Associação Estrelas São João de Brito iria proporcionar a todas as crianças que desejassem, inscritas nos jardins da rede pública. --

----- Quanto ao desporto, sublinhava o programa de Férias Desportivas Jovens “Mexe-te com Alvalade”, que em parceria com o Clube Atlético de Alvalade era dirigido aos jovens dos 13 aos 16 anos. Como sabiam, o programa “Alvalade em Férias” terminava aos 12 anos e muitos pais, naquele período de férias, não tinham onde deixar as suas crianças. Entendera-se criar um projeto que envolvesse esses adolescentes durante aquele período, para evitar que estivessem com ocupações menos tendentes aos comportamentos e estilos de vida saudáveis e envolvidos na atividade desportiva.-----

----- Em relação à informação financeira, ela era muito próxima da que fora apresentada na última Assembleia de Freguesia. Não havia nada de novo com grande destaque a sublinhar, senão uma execução superior da receita em relação à execução da despesa, o que era um sinal positivo, mas sem deixar de sinalizar que era natural no último trimestre do ano acabar por aumentar a execução da despesa, em virtude do lançamento de alguns procedimentos que estavam aprovados no Plano Plurianual de Investimentos, designadamente relativos à higiene urbana. Alguns já tinham sido lançados, como constava da Informação Escrita no que concernia ao gabinete jurídico, alguns estavam ainda por lançar, mas em relação aos quais ainda não havia nenhuma execução de despesa, embora estivesse programado que essa despesa ainda viesse a suceder durante o ano orçamental, ou que ficasse diferidamente no contexto do exercício orçamental para o exercício do seguinte, consoante acabassem por ser as datas das competentes adjudicações e fornecimentos desses bens. Nalguns casos teriam que ser por concurso público, como era o caso das lavaduras e da varredoura que ficaram previstas no PPI, outras teriam outro tipo de procedimento menos complexo, sempre com consulta a várias entidades. No caso desse concurso público, muito provavelmente os valores ultrapassariam aquilo que eram os montantes da repartição de encargos e iriam à Assembleia de Freguesia, à semelhança de um procedimento que tinham na atual agenda. -----

----- Ficava disponível para qualquer esclarecimento que considerassem necessário. -----

----- **Membro Mário Rui Costa (PS)** disse que tinha analisado os números com alguma atenção e queria apenas referir o excelente trabalho que estava a ser feito. A execução orçamental estava bastante equilibrada e notava-se um cuidado bastante grande do Executivo. -----

----- Era só para celebrar o comportamento do Executivo, pelas boas contas. -----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que a Informação Escrita transmitia com clareza a excelência e qualidade do trabalho que vinha a ser feito pelo Executivo. -----

----- Queria realçar uma ação determinante na Informação Escrita, que era a repintura das passagens de peões. O total de passagens de peões que estava adjudicado na empreitada era de 273 e 256 encontravam-se realizadas, faltando apenas 17. A informação que lhe tinha sido dada pelo Executivo era que, dado o facto das 17 passagens previstas já estarem em boas condições, a verba prevista para essas 17 iria ser aproveitada para a pintura de eixos nas vias. -----

----- Dizia isso não só como Membro da Assembleia de Freguesia, mas também como morador na Freguesia. Morava na Rua Joaquim Rocha Cabral havia cerca de sete anos e ao longo desse tempo era a primeira vez que via um trabalho da Junta de Freguesia, anteriormente era a Junta de Freguesia do Campo Grande, ser visível à vivência dos moradores da Freguesia. Nesses sete anos não se recordava de ter visto a repintura das passagens para peões. -----

----- Aproveitava a ocasião, uma vez que não teriam mais nenhuma Assembleia de Freguesia antes do dia 29, para realçar que faria nesse dia um ano que tinha havido a eleição e durante cerca de um ano de funções do atual Executivo tinha visto melhorias significativas na sua Freguesia como não vira nos seis anos anteriores. Portanto, em

nome da bancada e como morador na Freguesia, queria dar os parabéns ao Senhor Presidente. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que após ouvir os colegas da bancada do PS não podia deixar de reagir e dizer que todo esse portefólio de publicidade que o Senhor Presidente apresentava, e estava na sua legitimidade fazer, se estava a embandeirar em arco tudo aquilo que era feito, nem que fosse só a retirada de um paralelepípedo e colocá-lo, que no seu entender era algo que fazia parte da missão de qualquer autarquia local. Também devia referir em nome do PSD e de todos os fregueses de Alvalade que a Assembleia já tinha manifestado um pedido para resolução da lomba que estava na Avenida Frei Miguel Contreiras. A lomba estava mais alta que a média das outras e havia ali alguns problemas com as viaturas, mesmo andando dentro do limite de velocidade. -----

----- Já o tinha constatado pessoalmente, com um organismo de polícia criminal que lá estava e que tinha feito questão de tomar conta da ocorrência. Portanto, gostava de alertar o Executivo para essa situação. -----

----- O PSD não se opunha e até achava bem que fizessem a publicidade que entendessem, mas que ouvissem aquilo que os fregueses vinham chamando à atenção e corrigissem essas situações. Já tinham passado pelo menos três meses e era suficiente. Já que estavam em cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento, como o Membro do PS acabara de referir, pelo menos que vissem também as sugestões que a bancada do PSD tentava apresentar e que ainda não estavam corrigidas. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais até ao limite de € 5.000,00, nos termos da Proposta nº 92/2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta era apresentada nessa altura como instrumento de gestão para o final do ano civil e ano orçamental. No último Orçamento tinha sido opção do Executivo naquela fase, em que na mesma Assembleia de Freguesia se submeteram dois Orçamentos, simplificar procedimentos e não pedir autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais até que o cenário de organização da Freguesia estabilizasse, o que aliás não seria a estratégia no próximo Orçamento. No próximo Orçamento seria submetido, como era prática corrente em toda a administração pública, um pedido de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, por diversas razões. -----

----- No momento atual, mesmo os contratos de pequena monta que a Junta de Freguesia quisesse celebrar, e lembrava que o artigo 128 do Código de Contratos Públicos admitia que a celebração desses contratos tivesse a duração potencial até um ano, ainda que o seu limite fossem os 5 mil euros, se quisessem celebrar um contrato de qualquer natureza que acabasse os seus efeitos em janeiro ou fevereiro teriam que vir a cada Assembleia de Freguesia solicitar a competente autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais e isso seria um encargo desnecessário. -----

----- O gabinete jurídico tinha preparado uma deliberação com a competente fundamentação jurídica, que se houvesse depois algo a esclarecer os Senhores Membros diriam, solicitando a autorização para a assunção desses compromissos e incumbindo o Executivo com o dever de listar todos os contratos que fossem celebrados ao abrigo dessa autorização e que acompanharia a informação financeira da Freguesia nas Assembleias de Freguesia ordinárias. -----

----- A Lei dos Compromissos obrigava a esse procedimento e o Executivo vinha à Assembleia de Freguesia solicitar a competente autorização para esses contratos de menor monta, cuja duração podia acabar por ultrapassar o final do ano civil e entrar pelo início do ano civil subsequente. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que era uma questão de gestão e que decorria da Lei, mas deveria ser facultada à Assembleia de Freguesia informação referente a todas as adjudicações diretas que eram feitas, bem como aquelas que decorreriam da execução. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que grosso modo, como sabiam, havia dois tipos de ajustes diretos, os convencionais e os simplificados. Os ajustes diretos simplificados eram diretamente realizados sobre uma fatura ou documento equivalente pela entidade com decisão de contratar. Os ajustes diretos gerais eram um pouco mais complexos. -----

----- Existia uma cultura muitas vezes alimentada pelos órgãos de comunicação social de que os ajustes diretos eram feitos a uma única entidade, mas isso não era rigorosamente assim. Aliás, na última semana tinha até havido discussões abundantes sobre essa matéria. -----

----- Regra geral, os ajustes diretos eram feitos com consulta a várias entidades, numa espécie de procedimento concursal simplificado. Em vez de se abrir por anúncio a qualquer entidade que pretendesse avançar, eram convidadas diversas entidades para obter alguns ganhos económicos e, acima de tudo, ganhos de transparência. Esses ajustes diretos eram registados numa plataforma pública, *base gov.pt*, onde estavam obrigatoriamente registados. -----

----- Uma vez que se tiveram de reajustar as *passwords* de acesso a esse sistema, no contexto da reorganização administrativa, já estavam a ser carregados os contratos todos, que por ajuste direto não tinham um número muito significativo e podiam ser consultados por quem quisesse. Não precisava de ser Membro da Assembleia de Freguesia, qualquer cidadão, tendo diligência para isso, podia entrar nessa base de dados e através de palavras-chave, que podia simplesmente ser “Alvalade”, ver os contratos que lá estavam registados, quer da Freguesia de Alvalade de Lisboa, quer da Freguesia de Alvalade de Santiago do Cacém. -----

----- Os ajustes diretos simplificados atualmente podiam ser desde uma fatura de correios até um procedimento mais complicado que atingisse o tal valor dos 5 mil euros. Era um instrumento, apesar de tudo, da gestão corrente. Cada vez que um funcionário ia expedir uma carta a um posto de correios estava fazer uma contratação e, portanto, a fatura que trazia era sujeita a um procedimento de ajuste direto simplificado, que tinham um grande volume. -----

----- Estavam-se a reorganizar os procedimentos de contratação porque, pasmassem, alguém em 2013 sentado na secretária de um gabinete ministerial qualquer achara por bem alterar a Portaria da *base gov.pt* e, pior do que isso, alguém na *base gov* tivera a excelente ideia de interpretar metade dessa norma da Portaria que tinha sido alterada como obrigando a que os ajustes diretos simplificados, os seus relatórios de execução fossem registados no *base gov*. Isso era uma coisa potencialmente infernal, no sentido em que tinha que se alocar recursos humanos exclusivamente a essa tarefa que não acrescentava nenhum valor e que, aliás, não era desejada nem nas diretivas comunitárias da contratação pública, nem no próprio legislador. -----

----- Vinha um determinado serviço estatal, com grande imaginação, bloquear toda a administração pública portuguesa. A Junta tinha identificado esse problema, colocara-o à Associação Nacional de Freguesias, instituíra um procedimento interno para facilitar o carregamento desses ajustes diretos simplificados no portal e ia-se fazendo paulatinamente até que tendencialmente estivessem todos carregados ou a *base gov* pusesse por escrito aquilo que transmitira ao gabinete jurídico da Associação Nacional de Freguesias, que não sabiam como era que os formulários tinham aparecido dentro do

sistema e não sabiam como a notícia que dava conta dessa obrigação tinha aparecido no seu próprio site. -----

----- A ser verdade era trágico, mas estava-se à espera dessa informação com vista a adequar esses procedimentos. Se todos viessem a ser carregados no *base gov*, mesmo os simplificados, eles ficavam automaticamente disponíveis para consulta. De contrário, podia-se ir paulatinamente preparando uma listagem exaustiva desses contratos, mesmo aqueles que não diziam respeito se os Senhores Membros tivessem interesse nisso, mas era tarefa que podia demorar algum tempo. Algumas adjudicações eram de pequena monta, mas cada uma era uma adjudicação e era um acervo de informação muito extenso. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais até ao limite de € 5.000,00**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da autorização prévia relativa à assunção de compromissos plurianuais no âmbito do Programa “Lisboa Porta-a-Porta”, nos termos da Proposta nº 93/2014;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como sabiam, havia um programa municipal de transporte de passageiros com percursos fixos e paragens móveis designado “Lisboa Porta-a-Porta”, que fora implementado em alguns bairros da cidade. Tinha sido contemplado um montante na tranche financeira da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa para que as Freguesias contempladas com a possibilidade de instituir esse serviço dispusessem dos meios financeiros para o executar. Já se contemplava o custo do aluguer operacional das competentes viaturas, nos termos do contrato celebrado entre o Município e uma locadora relativo a 21 veículos e portanto, em função da escala, em condições muito mais favoráveis do que aquelas que seriam negociadas por qualquer Freguesia se fosse adquirir uma única viatura, quer fosse por aquisição da mesma ou qualquer outro tipo de fenómeno de locação. -----

----- Aquilo que importava fazer da competência do Executivo era aprovar a cessão parcial da posição contratual do Município na Junta de Freguesia. Era parcial pela circunstância do contrato cedido ter originalmente 21 viaturas e a porção cedida dizia respeito a uma, mas como esse contrato tinha efeitos até 2017 carecia de autorização prévia da Assembleia de Freguesia para assunção de compromissos plurianuais. Essa era a deliberação que se propunha à Assembleia de Freguesia, para que depois o Executivo aprovasse a cessão da posição contratual competente e a viatura passasse a estar disponível para a Freguesia utilizar, sendo certo que as verbas já estavam na esfera jurídica da Freguesia desde o início da reorganização administrativa, desde as primeiras tranches de financiamento da DGAL. -----

----- Já estava apresentado na revista que receberam o trajeto que seria utilizado. Substituíra parcialmente um trajeto suprimido da carreira 21 que os fregueses da Freguesia tinham muito longamente manifestado, já o faziam ao tempo da extinta Freguesia do Campo Grande e teria um grande impacto, especialmente na população mais idosa. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o transporte Porta-a-Porta ia suprimir uma lacuna deixada pela Carris, que não só suprimira a carreira 21, como também já suprimira a carreira 68. Atualmente essa parte da Freguesia de São João de Brito era muito mal servida pela Carris e isso devia ser uma obrigação da Carris, não das Juntas de Freguesia. -----

----- A dúvida que tinha era se essas verbas iriam contemplar o salário do motorista, os custos do gasóleo. Isso devia ficar esclarecido. -----

----- Outra coisa que não estava na revista era a frequência com que iria operar o Porta-a-Porta. -----

----- **Membro Cristina Campos (PS)** disse que queria aproveitar a oportunidade para dar os parabéns ao Executivo da Junta por finalmente estar a pôr em andamento o Programa Porta-a-Porta, que considerava extremamente importante e que iria colmatar uma lacuna sentida pela maior parte da população bastante envelhecida da Freguesia e com dificuldades de locomoção. -----

----- Reportava-se essencialmente à realidade do Bairro das Caixas, que era aquele que conhecia melhor, em que as dificuldades eram muitas e sobretudo com a descontinuação da carreira 21. -----

----- Era só mesmo para dar os parabéns por essa iniciativa estar em andamento e por supostamente até ao final do ano já estar a funcionar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o propósito do circuito Porta-a-Porta que estava proposto não era só de substituir as lacunas deixadas pela Carris. O conceito de transporte urbano que a Carris proporcionava era de grandes atravessamentos, por exemplo dos Olivais ao Cais do Sodré, e o Porta-a-Porta visava também fazer pequenas ligações entre equipamentos locais que não eram tanto dessa filosofia macroscópica do transporte urbano, designadamente dos espaços onde decorriam atividades da Junta de Freguesia essencialmente vocacionadas para a terceira idade e ligar aos grandes polos habitacionais, assim como ligar a outros equipamentos como o mercado ou centro de saúde. -----

----- Tinha uma vocação adicional de bairro que o transporte público da cidade não tinha como preocupação primordial, porque se preocupava com trajetos mais longos. -----

----- Disse que as verbas que se apresentavam eram respeitantes ao aluguer operacional das viaturas e não contemplavam o resto do programa, mas as verbas que foram transferidas diziam respeito a contratação de motorista e questões de combustível, que depois seriam tratadas do ponto de vista global com todos os contratos de combustíveis da Junta e que em princípio seriam através da Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa. A Junta tinha viaturas em diversos setores e não compensava ter contratos de combustíveis separados para gerir uma e outra modalidade. -----

----- Agradeceu as palavras da Membro Cristina Campos. Estava-se à espera de uma opinião técnica por parte da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, precisamente para definir a frequência e para decidir o horário, o período do dia em que estaria a funcionar. Tinha-se consultado a DMBT e estavam a aguardar os resultados dessa consulta. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que gostava de felicitar o Executivo por levar uma proposta que era defendida pelo PSD e que de facto ajudava a suprimir as dificuldades que a população em geral sentia, nomeadamente na ligação entre vários pontos da Freguesia. No entanto tinha algumas dúvidas, nomeadamente quanto ao tipo de carrinha que seria utilizada, se estaria preparada para acolher e transportar pessoas com mobilidade reduzida, por exemplo em cadeiras de rodas. -----

----- Quanto à frequência, se fosse só uma carrinha podia estar sempre em contínuo que o intervalo seria sempre entre um ponto de chegada e um ponto de partida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o tipo de carrinha era a que estava identificada nas peças que instruíram esse ponto da ordem de trabalhos, um veículo automóvel ligeiro do tipo furgão, nove lugares, marca FIAT, modelo Ducato Combi 35, 2.0 Multijet. Essas carrinhas eram equipadas com plataforma para pessoas com mobilidade condicionada na parte traseira. -----

----- Quanto a ser só uma carrinha, nessa fase sim. No momento não existiam meios para reforçar com mais do que uma carrinha. -----

----- O trajeto era longo, como teriam verificado pela leitura da breve notícia que estava na revista, e era por isso que se aguardava uma consultadoria. Iriam avaliar qual o tempo de demora do circuito em hora de ponta e fora da hora de ponta com uma carrinha. De futuro, se verificassem que o programa tinha muitos utentes e que estava prejudicado em virtude do tempo que mediava entre duas passagens da carrinha no mesmo sentido, avaliariam do ponto de vista financeiro se existiria disponibilidade ou não, em virtude das poupanças que se conseguissem ir adquirindo na renovação dos contratos que se fizessem, como um que iriam ver mais à frente. Veriam se podia disponibilizar verbas para uma segunda carrinha, uma vez que o programa tinha efetivamente custos mais baixos do que originalmente se estimava num ano. -----

----- A possibilidade de haver uma segunda carrinha, só mesmo depois da avaliação do lançamento da primeira. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia relativa à assunção de compromissos plurianuais no âmbito do Programa “Lisboa Porta-a-Porta”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação de autorização de celebração de protocolo com: a) COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL (ULHT); b) CODEPA – Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular, S.A. (INP); c) COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL (ESEAG);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que os protocolos eram essencialmente da mesma natureza, eram todas entidades atualmente do Grupo Lusófona. A COFAC era a entidade instituidora, quer da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, quer da Escola Superior de Educação Almeida Garrett. No momento também o Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular, que era a entidade instituidora do Instituto das Novas Profissões, estava integrada na esfera do Grupo Lusófona. -----

----- Não podiam os protocolos estar ao abrigo do que já se aprovara no passado por uma razão essencialmente de ordem formal. Eles diziam respeito a determinados programas de estágios em contexto curricular de duas modalidades de ensino, uma que estava a extinguir-se e outra que ia pela primeira vez no atual ano letivo lançar-se. Eram os cursos de especialização tecnológica que se extinguiam e eram os cursos técnicos superiores especializados que nasciam, mas eram programas da mesma natureza e cuja relação jurídica mudara. Tinha mudado também o nome e isso obrigava a que cada entidade de acolhimento dos estagiários tivesse um protocolo desse género com a instituição e era um documento que instruíra o processo de candidatura à creditação desses cursos de formação. -----

----- Tinham que ser mesmo protocolos específicos para cada um dos âmbitos. Estavam dois âmbitos envolvidos, a comunicação digital e web e a animação sociocultural. Havia a expectativa de poderem ser a entidade, como no passado se fizera pelo menos na Junta de Freguesia do Campo Grande, em que na área da terceira idade e da psicologia havia estagiários dessas instituições, já tinha havido estagiários de verão não integrados nesse tipo de programa, durante os meses de agosto e setembro e correria muito bem, vinham creditados na revista e tinham apoiado no site e na produção da atividade para a qual os Membros da Assembleia estavam convidados, que era a celebração do aniversário da nova Freguesia de Alvalade a 29 de setembro. -----

----- A ideia era dar-se continuidade a essa colaboração, sendo certo que os cursos de especialização tecnológica terminavam no presente ano e era o primeiro ano de quem

frequentava os cursos técnicos superiores especializados, que só iriam para estágio no ano seguinte. Ficavam já com a questão resolvida, com a instituição desses protocolos. -

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que a bancada do PS queria expressar o seu reconhecimento por essa iniciativa do Executivo ao nível dos protocolos referidos pelo Senhor Presidente. Considerava que a Junta de Freguesia de Alvalade era um local favorável para o acolhimento de estagiários dessas áreas, ao nível das novas tecnologias, da educação comunitária e da animação sociocultural. Acreditava que essa disponibilidade para receber os estagiários contribuiria certamente para uma maior dinâmica da Junta e para a experiência dos próprios alunos no terreno. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que os Membros do PSD entendiam que qualquer instituição, fosse ela pública ou privada, devia sempre apoiar a integração dos estudantes no mercado de trabalho, outra coisa não podia ser, visto que apoiava os estudantes e o ensino. -----

----- Aquilo que surpreendia era que todas as vezes que havia um protocolo com alguma Universidade na Freguesia voltavam sempre a bater na tecla da COFAC. O PSD não tinha nada contra a COFAC, mas gostaria era de ver o Executivo a promover essa relação também com outras universidades na Freguesia. -----

----- A Freguesia tinha o maior polo de universitários do País, tinha imensas universidades e faculdades. Não estavam só a falar de universidades privadas, estavam a falar também de universidades públicas e também não estavam só a falar da Universidade de Lisboa, mas também do ISCTE e de outras semelhantes, que ofereciam também especializações nas áreas que o Executivo apresentava. -----

----- O que o PSD sugeria era que promovessem essas iniciativas sim, mas que promovessem também com outras universidades, especialmente as universidades da Freguesia. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que o Membro Francisco Bento acabara de expressar aquilo que era o motivo da sua intervenção. Fazia votos para que no futuro a Junta de Freguesia de Alvalade estivesse aberta a outros projetos, nomeadamente da escola pública. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não podia deixar de sorrir quando ouvia essa preocupação porque, como imaginavam, aproximava-se do ponto de vista estritamente pessoal mais a outras universidades no território da Freguesia do que propriamente à Universidade Lusófona, com qual tinha as melhores relações mas não eram tão próximas e tão íntimas como tinha com a Universidade de Lisboa desde muitos anos antes. -----

----- Devia haver algum equívoco na forma como estavam a absorver a informação disponível. Porventura ainda não teriam tido oportunidade de ver o que dizia o texto do convite que acabaram de receber, mas era uma parceria de grande dimensão com a Universidade de Lisboa, a tal maior universidade do País e mesmo da Península Ibérica. -----

----- A Universidade de Lisboa decidira acolher no seu concerto de outono o Concerto do 1º Aniversário da Freguesia de Alvalade. Esse era o tipo de parceria institucional de grande profundidade entre duas entidades públicas que acabaram de passar por processos de fusão de grande dimensão e que davam um sinal claríssimo a toda a comunidade de que era a colaboração entre entidades públicas que permitia que, com escassos recursos, se conseguissem resultados de grandes dimensões. -----

----- Por outro lado, o Membro Aquino de Noronha não tinha que saber, mas duvidava que o Membro Francisco Bento não soubesse, também eram coorganizadores de um festival chamado “FDUL Experience”, que pela primeira vez seria organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que começaria na semana seguinte e na qual a Junta dera algum apoio logístico do ponto de vista de transporte, quer de obras

de arte da Faculdade de Belas Artes para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, quer do ponto de vista da corrida solidária no dia 27 para transporte de águas aos pontos de distribuição, mas também do ponto de vista da limpeza dos recintos exteriores que seriam utilizados para alguns espetáculos musicais. -----

----- Era uma primeira parceria e que se pretendia mais frutuosa. Aliás. Já tinha havido uma reunião com a Diretora da Faculdade de Direito, já relatada noutra Informação Escrita, no sentido de formalizar essa relação. -----

----- No ano anterior a festa de Natal tinha sido feita no auditório da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa e existia também vontade de implementar, do ponto de vista da educação para a saúde, uma colaboração com a atividade de promoção e educação para a saúde oral que era organizada nessa faculdade, para aprofundamento dessa parceria. Queria-se continuar a utilizar o espaço da universidade para um conjunto de atividades. -----

----- Estava-se a preparar a possibilidade de no próximo ano haver estágios de outras instituições também envolvidas. -----

----- Uma coisa devia reconhecer e falava contra uma instituição da qual era funcionário, para que ficasse bem claro todo o registo de interesses em relação à Universidade de Lisboa. A Universidade Lusófona tinha manifestado muito maior dinamismo no estabelecimento desse tipo de parcerias e já assim era no passado. A Junta de Freguesia do Campo Grande tinha colaborações com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e só muito tarde no decurso dos seus mandatos o Presidente Valdemar Salgado acabara por ter a oportunidade de conhecer o Reitor da Universidade de Lisboa e encetar qualquer espécie de diálogo com essa instituição. -----

----- O que se passava era a necessidade de haver uma evolução na cultura dessas universidades públicas, de abertura a colaborações, que pelos vistos era um pouco mais morosa na Universidade de Lisboa. -----

----- Com o ISCTE ainda não se tinham encetado relações e tentariam fazê-lo no futuro, quando a oportunidade surgisse, mas a Lusófona tinha sido mais dinâmica nesse âmbito. Isso não era muito diferente daquilo que já tinham aprovado, era apenas a concretização de um programa específico de estágios do ponto de vista de instruir corretamente os seus procedimentos de acreditação. Não era um protocolo novo, não era uma colaboração adicional, era uma continuidade do que se vinha fazendo. -----

----- Achar que não existia colaboração com outras instituições de ensino superior da Freguesia, designadamente públicas, como era o caso da Universidade de Lisboa, não era rigoroso do ponto de vista factual e, aliás, estava diante dos Membros da Assembleia e estava em anteriores Informações Escritas. No momento em que os protocolos estivessem amadurecidos para serem levados à Assembleia de Freguesia, pois então nessa altura iriam. Mais importante do que aprovar protocolos era fazer iniciativas concretas de colaboração e elas estavam no terreno. -----

----- Não havia qualquer engulho por parte da Junta de Freguesia na colaboração com instituições de ensino superior público, ainda por cima com uma instituição com a grandiosidade que tinha a Universidade de Lisboa, que era a maior universidade ibérica.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização de celebração de protocolo** com: a) COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL (ULHT); b) CODEPA – Centro de Orientação e Documentação de Ensino Particular, S.A. (INP); c) COFAC – Cooperativa de Formação e Animação Cultural, CRL (ESEAG), tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais no âmbito de concurso público com publicidade internacional, tendente à Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes;

----- O Senhor Presidente da Junta disse que não obstante a extensão da proposta e dos documentos que a instruíam, o que dizia respeito à competência da Assembleia de Freguesia era apenas o ponto 4 da Proposta nº 99. Na convocatória distribuída ainda não estava identificado o número da proposta, pela razão que ela ainda não estava numerada à data da expedição da referida convocatória.-----

----- O que incumbia à Assembleia de Freguesia era autorizar ou não essa distribuição plurianual de compromissos que resultariam do concurso público com publicidade internacional. Todavia, como da última vez que trouxeram pedidos de autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais, os Senhores Membros tinham manifestado que tinham a preferência de conhecer os instrumentos que acompanhavam essas propostas e uma vez que o programa dos procedimentos e o caderno de encargos já se encontravam em fase de conclusão, por mera ilustração para os Senhores Membros distribuíram-se esses documentos, para que melhor compreendessem a estratégia que estava a ser implementada e para que melhor conseguissem apurar da justeza dessa distribuição plurianual de compromissos e do volume global que era investido na manutenção de espaços verdes. -----

----- O que estava em presença parecia ser uma estratégia mais consolidada de manutenção dos espaços verdes do que era tradicional nas Juntas de Freguesia da cidade e porventura até do País, que conhecia pior e sobre isso não se queria pronunciar. Não queria afirmar que nunca existira, mas não se recordava da celebração de qualquer contrato público por via de concurso no passado das Freguesias e também não conhecia nenhum outro procedimento ao nível da cidade, admitindo que nas Juntas de maior dimensão isso se fizesse, mas com publicidade internacional era seguramente o primeiro procedimento lançado.-----

----- Era fruto da escala a que estavam a assegurar a manutenção, que era não apenas o contexto agregado do que era o território verde mantido pelas extintas Juntas, mas também o que era mantido pelo Município de Lisboa. -----

----- Era assegurada uma poupança muito significativa por ano em gastos com manutenção dos espaços verdes e só em termos de referência ao preço base, depois de levada à concorrência, seguramente que a poupança que seria conseguida através dessa estratégia era maior.-----

----- Por outro lado, o tipo de exigências a que ficavam submetidas as entidades que viessem a ser vencedoras do concurso público eram muito maiores do ponto de vista técnico do que eram as exigências habituais da contratação típica de espaços verdes no território.-----

----- Também se estimava que houvesse uma melhoria do nível de serviço, muito em particular no que concernia ao tratamento das árvores em caldeira. -----

----- Se assim não fosse, ficava a Freguesia dotada dos competentes instrumentos sancionatórios para penalizar o incumprimento por parte dos adjudicatários. -----

----- Do ponto de vista da filosofia global, decidira-se fazer a segmentação da Freguesia em três lotes, procurando impedir que cada concorrente concorresse a mais do que um desses lotes, por uma razão que na gíria popular era traduzida como “não pôr os ovos todos no mesmo cesto”. Se houvesse um processo de insolvência do adjudicatário, se houvesse dificuldades operacionais, se houvesse incumprimentos sistemáticos por parte do adjudicatário, uma coisa era ter esse problema circunscrito a um lote da Freguesia, outra coisa era ter isso na globalidade do território da Freguesia, o que podia potencialmente ser dramático para a estrutura verde no território.-----

----- Era um primeiro processo de grande complexidade que os serviços, sob orientação do Executivo, conseguiram concretizar, mas era expectável que a partir desse momento fossem paulatinamente levados à Assembleia de Freguesia processos dessa natureza. Para quem tinha tido no passado experiência de Assembleia Municipal esse tipo de procedimentos era o “prato do dia”, mas compreendia que para quem tivesse apenas experiência nas extintas Juntas de Freguesia isso fosse razoavelmente novo e que tivessem algumas questões para colocar, às quais ficava inteiramente disponível para responder.-----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que a sua questão era muito rápida e em relação aos concursos públicos que iriam ser executados. -----

----- Relativamente ao júri do concurso, pelo que verificara, eram cinco elementos que pertenciam ao Executivo. Perguntou por que razão o Executivo não convidava também os elementos da Assembleia de Freguesia que não fossem do PS a estarem presentes, para dar maior transparência no próprio concurso.-----

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que era uma matéria razoavelmente nova para si e pelo facto de não ter lido com toda a atenção podia estar a fazer perguntas e depois elas estarem contidas no documento distribuído. -----

----- As suas dúvidas prendiam-se em primeiro lugar com qual a responsabilidade civil e técnica que a Câmara Municipal mantinha em relação a esses trabalhos. Perguntou se havia algum seguro envolvendo a queda de árvores durante os cortes nessas situações. --

----- Outra questão era saber-se que a Câmara Municipal tinha vários departamentos muito especializados, com anos a trabalhar nesses sectores, e sabia-se que o pessoal que tinha sido destacado para as Juntas era muito menor. A questão era saber que uso iria fazer a Junta dos conhecimentos técnicos já estabelecidos e existentes na CML. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o júri, nos efetivos, contemplava apenas funcionários do mapa de pessoal da Junta de Freguesia. A presidir estaria a futura chefe de Divisão de Espaço Público e Equipamentos, Engenheira Susana Paula, que provinha dos quadros do Município de Lisboa onde trabalhava na Unidade de Intervenção Territorial Centro. Como Vogal estava a Doutora Mafalda Cayolla da Mota, que era funcionária do Município de Lisboa e passara a funcionária dos quadros da Freguesia desde a anterior quarta-feira, jurista. Também a Engenheira Yolanda Santana, funcionária que transitara do mapa do Município de Lisboa para a Freguesia de Alvalade.-----

----- Tanto a Doutora Mafalda Cayolla da Mota, quer a Engenheira Yolanda Santana, estavam no Município havia mais de trinta anos e foram um contributo muito importante para o enriquecimento dos quadros da Freguesia. Eram três mulheres a integrar o júri desse procedimento. -----

----- O único Membro do Executivo que estava a integrar o júri era como segundo suplente, o Doutor Igor Roçadas, pela circunstância de ser o Vogal do pelouro, mas previsivelmente só por uma situação muito excecional acabaria por participar nas atividades do júri, uma vez que era o último suplente. Como primeiro suplente estava um prestador de serviços da Junta de Freguesia, o Doutor Tiago Gonçalves, também jurista, para a circunstância de poder substituir a Doutora Mafalda Cayolla da Mota do ponto de vista técnico nas matérias que diziam respeito à contratação pública. -----

----- Havia seguramente um equívoco na conceção que o Membro Francisco Bento tinha sobre o quadro da contratação pública nacional, que respeitava mas que divergia totalmente.-----

----- O júri de um concurso, qualquer que ele fosse, não estava a praticar um ato da função política, era um ato da função administrativa e muito estranharia que houvesse

conceções de ordem política na conceção de qualquer júri de qualquer procedimento contratual. Isso sim seria introduzir falta de transparência ao procedimento. -----

----- O que tinha que determinar a composição do júri era a valia técnica dos profissionais que trabalhavam atualmente na Junta de Freguesia e que trabalhariam doravante se não houvesse nenhuma vicissitude na sua relação jurídica de emprego público quando os titulares do poder político circunstancialmente fossem outros. Era isso que tinha presidido à escolha feita e em todos os procedimentos, fossem concursais ou de ajuste direto com consulta a várias entidades, tinha sido esse o procedimento da Junta de Freguesia. Eram os funcionários, os técnicos superiores das diferentes áreas que se conjugavam no sentido de preparar aquilo que eram informações eminentemente técnicas e que não tinham qualquer espécie de cunho político. -----

----- O Presidente e o Executivo tinham limitado a sua atuação a acolher aquilo que eram as propostas formuladas pelos júris competentes, quer fosse do ponto de vista da adjudicação a um qualquer adjudicatário, quer fosse a verificação de causas de não adjudicação, fosse o que fosse que o júri tinha a informar. Nunca tinha havido um despacho naqueles processos cuja competência lhe tivesse sido delegada pelo Executivo, nem nenhuma deliberação da Junta que fosse feita em contravenção com uma proposta técnica dos júris que eram nomeados. -----

----- Desconfiar da isenção técnica de pessoas que eram verdadeiros servidores públicos não era propriamente uma postura aceitável para quem quer que fosse. Ninguém desconfiava dos funcionários que transitaram das extintas Juntas para o mapa da atual Freguesia de Alvalade e da mesma maneira estava convencido que esses funcionários da Junta de Freguesia não eram merecedores de qualquer desconfiança por parte de qualquer Membro da Assembleia de Freguesia. Portanto, respeitando a opinião do Membro Francisco Bento, discordava, pelos motivos que acabara de expor, frontalmente dessa forma de olhar para atos da função administrativa. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Membro Aquino de Noronha, dizer que a responsabilidade civil era de quem tinha a competência para manutenção e gestão. A Câmara era a auto-seguradora e a Junta de Freguesia concluiria a muito breve prazo um procedimento através da Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa com vista a um seguro de responsabilidade civil de exploração, que permitisse transferir essa responsabilidade para uma seguradora. -----

----- Podia não ser essa a opção, podia ser a Junta a auto-seguradora, como ainda era no momento e quando existiam incidentes com trabalhadores da higiene urbana, que com uma roçadora faziam levantar uma pedra que fraturava o vidro de um carro, havia procedimentos indemnizatórios. Por acaso só tinha acontecido uma vez, mas com o alargamento dessas responsabilidades era muito natural que os riscos se potenciasssem e que fosse sensato transferir para um seguro de responsabilidade civil. -----

----- O procedimento era de elevadíssima complexidade técnica e, portanto, iriam recorrer à Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa no sentido de ser mais fácil. O procedimento já estava realizado desse lado e era uma metodologia normal de contratação pública. Os acordos/quadro eram uma das modalidades tipo e iriam recorrer a esses procedimentos. -----

----- O uso que era feito dos conhecimentos técnicos da CML era muito. As especificações técnicas do caderno de encargos foram feitas com a contribuição de peças procedimentais solicitadas ao Município de Lisboa. A Divisão de Jardins fizera a gentileza de ir encaminhando alguns aspetos e fora em diálogo, em especial quanto ao conjunto das peças desenhadas para o qual o caderno de encargos remetia, que foram elaboradas com base em informação fornecida pelo Município. Essa articulação era permanente. -----

----- Onde ela era mais visível era no setor da vigilância fitossanitária das árvores e nas autorizações para os abates. Não era segredo nenhum que o arvoredo da cidade era tratado com alguma dificuldade à escala da cidade pelos serviços do Município e tinham a preocupação de assegurar a manutenção fitossanitária. Os serviços do Município iam apoiando na avaliação em concreto do estado do arvoredo, com vista a definir as prioridades do abate e depois as prioridades da replantação, com base também no apoio que dessem nos viveiros municipais para a obtenção de novas espécies. -----

----- Havia uma articulação permanente do ponto de vista técnico e um diálogo permanente entre os serviços da Junta, do espaço público e equipamentos, e os serviços municipais da área dos espaços verdes, que era muito frutuoso e do qual não havia nada a apontar, a não ser talvez um excesso de zelo inspetivo por parte do Município. Onde não tinham capacidade para assegurar uma manutenção com grande nível de serviço, atualmente sentiam-se com mais margem para fazer vistorias e depois comentar o estado daquilo que poucos meses antes estava sob a sua manutenção, mas era com um certo humor que se ia ultrapassando essas situações. -----

----- Era com o contributo dos técnicos municipais que o procedimento chegara a bom porto, era um processo de grande monta e queria, aliás, que ficasse registado em ata o elogio público à Engenheira Susana Paulo e à Doutora Mafalda Cayolla da Mota, porque o esforço que empreenderam na preparação dessas peças do procedimento mereciam essa palavra, como certamente no futuro lhe mereceria a transcrição da presente ata nos seus processos individuais e seguramente outro tipo de manifestação do agrado do Executivo, com o trabalho que ambas realizaram não apenas nesse procedimento, mas nos procedimentos que entravam em vigor até ao final do ano e que assegurariam a manutenção dos espaços verdes até que o contrato entrasse em vigor. ----

----- **Membro Valdemar Salgado (PSD)** disse que era pouco perceptível na proposta apresentada para a realização de serviços de manutenção de espaços verdes quais os espaços atribuídos à Freguesia. A bancada do PSD gostaria de ter conhecimento de quais os espaços verdes atribuídos à Freguesia. -----

----- Não sabia se o Jardim do Campo Grande estava e a Alameda da Universidade. ----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que o Senhor Presidente tinha falado do apoio que a Câmara Municipal, nomeadamente os serviços técnicos, tinham dado. Não duvidava e conhecia alguns dos nomes referidos. -----

----- Também não queria esquecer o excelente trabalho da Escola de Jardinagem da CML, que também tinha dos melhores viveiros. Havia que aproveitar tudo isso. O resto podia ser, mas nunca esquecendo essa parte, que era fundamental. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que a consulta dos espaços verdes atribuídos à Freguesia estava a montante desse procedimento. Tinha estado nas deliberações que a Assembleia Municipal tomara a propósito do que era ou não considerado estruturante para a cidade. O Jardim do Campo Grande era um dos espaços considerados estruturante para a cidade pela Assembleia Municipal, já não a Alameda da Universidade. -----

----- No programa do caderno de encargos, nos anexos havia a listagem dos espaços verdes por lote e, acima de tudo, eles estavam identificados nas peças desenhadas que ficaram disponíveis para consulta, onde estavam coloridos os espaços georreferenciados que ficavam ao cuidado da Freguesia. -----

----- A Alameda da Universidade tinha um aspeto especial que iria sofrer tratamento no dia 29, porque a empresa a que tinha sido adjudicada essa manutenção, por virtudes do próprio procedimento contratual, tinha havido um atraso. Estava previsto ser no início do mês, mas vicissitudes do próprio procedimento como eram os relatórios preliminares

da contratação pública, etc., levavam a que esse contrato só entrasse em vigor no dia 29 e seria desse contrato o primeiro espaço a ser requalificado. -----

----- Já estava com as ervas muito altas. Tinha lá estado e pudera apurar isso com os seus próprios olhos. Seria aparada a relva da Cidade Universitária e por aí fora. Esse procedimento dizia respeito aos espaços que transitaram do Município para a Freguesia.

----- Havia uma empresa contratada pelo Município que cuidava desse espaço, mas o contrato da Fitonovo acabara no final de agosto e o atraso na adjudicação ao novo fornecedor determinava que só no final de setembro entrasse em vigor o contrato com o novo fornecedor, que só ficaria em vigor até dezembro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais no âmbito de concurso público com publicidade internacional, tendente à Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor e 6 abstenções. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação de autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 16º da Lei nº 74/2013, de 12 de setembro, nos termos da Proposta nº 83/2014;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse protocolo de delegação de competências tinha sido aprovado numa das últimas sessões da Assembleia Municipal, antes de férias, e já não era em tempo útil de ser discutida na Assembleia de julho. Tratava-se de um projeto que do ponto de vista financeiro comprometia uma parte do superavit nos mesmos termos que se tinha discutido para os equipamentos desportivos e que os Membros da Assembleia de Freguesia já conheciam a metodologia. Dizia respeito a um projeto de requalificação de sectores que no momento não estavam acessíveis à população, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no Complexo Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e à requalificação do Parque José Gomes Ferreira, designadamente do seu circuito de manutenção. -----

----- A oportunidade que esse protocolo abria era de contribuir em primeiro lugar para o aumento da estrutura verde da Freguesia, dos espaços de fruição pública no contexto dessa estrutura verde e, acima de tudo, uma ligação dos espaços verdes da Freguesia ao norte da cidade, criando áreas de circulação pedonal que ultrapassassem a cicatriz profunda que do ponto de vista do território era traçada pela Segunda Circular. -----

----- Esse protocolo tivera uma vasta maioria na Assembleia Municipal de Lisboa e era submetido à competente autorização da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que quando tiveram oportunidade de discutir os protocolos, lembrava-se que ao falarem dos espaços verdes tinham comentado na Assembleia de Freguesia que o Campo Grande e a Mata de Alvalade tinham ficado de fora. Era com estranheza que via a proposta contemplar uma parte da Mata de Alvalade, até porque os argumentos à época eram, no decorrer ainda de 2014, que estariam a falar de locais que seriam sorvedores de dinheiro da Junta de Freguesia. -

----- **Membro Aquino de Noronha (PCP)** disse que tinham que deixar de chamar Mata de Alvalade, porque tinha um nome, Parque José Gomes Ferreira.-----

----- **Membro Mário Rui Costa (PS)** disse que estavam tão perto da zona da Alta de Lisboa e não terem uma ligação em zona verde era devido à Segunda Circular. Tudo o que pudessem fazer para que os corredores verdes se juntassem era fundamental. -----

----- Outra questão era que o interior do LNEC estava subaproveitado. Que se lembrasse estava sempre fechado, nunca tinha conseguido lá entrar. Segundo o que lera, iria ser feito um corredor, com questões de segurança para nem toda a gente poder entrar para a

zona reservada do LNEC. Não parecia nada má ideia, era uma zona que estava desaproveitada. -----

----- Realçava a quase unanimidade que essa proposta merecera na Assembleia Municipal, onde só tinha havido dois votos contra e toda a gente achara uma excelente ideia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto à designação, a Mata de Alvalade integrava duas componentes, o Parque José Gomes Ferreira e a Quinta do Narigão. Às vezes havia imprecisões quanto à nomenclatura, a parte que era circulável era só no Parque José Gomes Ferreira mas também já era circulável a Quinta do Narigão, em virtude da requalificação realizada numa parceria entre o Município e o Lisboa Racket Center, com a construção do Parque Aventura nesse espaço e que permitira ganhar ali também uma porção significativa de território verde. -----

----- Quanto à Membro Mariana Teixeira, era natural que ficasse perplexa porque ou não percebera as suas palavras à data, que mantinha integralmente, ou não percebera a metodologia que estava em presença nessas delegações de competências, que não era diferente daquela que aprovaram relativamente aos equipamentos desportivos e que não era diferente de outras que ainda tinha esperança de virem a celebrar. -----

----- A manutenção corrente do Jardim do Campo Grande e do Parque José Gomes Ferreira era e continuaria a ser sempre um sorvedor de dinheiro da Junta de Freguesia. A questão era que não se tratava de dinheiro da Junta de Freguesia. O que se passava era que na adequação da tranche financeira prevista na Lei 56/2012, de 8 de novembro, para a Freguesia de Alvalade, em confronto com aquilo que viera a ser a definição do que era ou não era estruturante para a cidade pela Assembleia Municipal, verificara-se que o saldo que a Freguesia de Alvalade tinha em relação ao Município de Lisboa era de 500 mil euros por ano, como na Freguesia do Areeiro era de um milhão de euros por ano, como a Freguesia do Lumiar era deficitária em 50 mil euros por ano. -----

----- Todas as Freguesias tinham passado por esse processo de apuramento rubrica a rubrica de qual era o custo que a Câmara despendia com as funções que tinham sido transferidas para as Juntas depois de definido o que era ou não estruturante para a cidade. -----

----- As Juntas de Freguesia sofriam o risco de, uma vez apurado que aquela verba não estava relacionada com a reorganização administrativa, haver uma imposição por parte do Município, justa porque perdia verbas mas mantinha tarefas, de um acerto de contas que se podia fazer de três maneiras: devolvendo verbas ao Município; abatendo diretamente na Lei para os anos futuros a componente de superavit que tinha sido identificada; através de protocolos de delegação de competências feitos com dinheiro que já estava na Freguesia mas por conta do Município. -----

----- Para cativar os dois milhões que no conjunto dos quatro anos isso podia representar, procurara-se cativar o máximo possível nesse tipo de protocolos, agarrando oportunidades que surgiam em áreas que o Município tinha interesse que a Junta de Freguesia exercesse. Isso tinha acontecido na requalificação dos equipamentos desportivos e sucedia no presente protocolo de delegação de competências, como esperava que viesse a suceder noutros, para fazer com que esses dois milhões fossem integralmente despendidos em tarefas no território da Freguesia. Se eles voltassem para o Município podiam ser gastos na Freguesia de Alcântara, de Benfica, de Santa Clara, mas podiam não ser na Freguesia de Alvalade. -----

----- O que era um esforço do Executivo e, na sua opinião, também dever dos Membros da Assembleia de Freguesia, era tentar que isso fosse despendido na Freguesia. Encontrara-se esse modelo, em que era alocado o superavit mas previa-se a possibilidade mesmo assim de haver um corte estrutural na transferência financeira

através da alteração da Lei e, se não houvesse esse superavit em anos futuros, que havia transferências financeiras do Município para a Freguesia. -----

----- Era isso que se tinha previsto quanto ao Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito no outro protocolo e se previa no presente protocolo. No ano corrente, em que o dinheiro já lá estava, era o dinheiro do superavit que era utilizado, porque esse já estava do lado da Freguesia. Nos anos futuros, ou era do superavit que era utilizado, ou se o superavit não se verificasse, por alteração da Lei ou por um acerto de contas por maior afinamento da informação, havia transferências financeiras do Município. -----

----- A manutenção desses espaços verdes, designadamente do Parque José Gomes Ferreira e da Quinta do Narigão, era um sorvedor de dinheiro para a Freguesia no contexto daquela tranche financeira, mas uma vez que era feito com dinheiro do Município, a ser um sorvedor seria de outra organização que não a Freguesia e só tinham que se regozijar por isso ser possível de fazer sem onerar os cofres da Freguesia.

----- Era isso que estava em causa, era o que tinha estado em causa nos equipamentos desportivos e esperava que viesse a estar em causa na requalificação de outros equipamentos da responsabilidade do Município e que o Município infelizmente, por razões que eram conhecidas do ponto de vista financeiro, não tinha capacidade de requalificar ao nível que seria desejável pela população.-----

----- Estavam já em estudo outros protocolos que pudessem vir a utilizar a tranche que sobrava de superavit para os anos 2016 e 2017, que não era absorvida por esse protocolo e que já não tinham ficado absorvidas pelo protocolo de delegação de competências relativamente aos equipamentos desportivos. -----

----- Podia-se concordar ou discordar das opções tomadas para a utilização dessas verbas, porque cada força política teria as suas prioridades e preferiria que fosse gasto de uma ou outra maneira, mas o que lhe parecia não deixar ninguém insatisfeito era a circunstância de haver um bolo financeiro e que se estava a conseguir paulatinamente desenvolver uma estratégia para que fosse utilizado em prol da população e do território da Freguesia. -----

----- As Freguesias que estavam deficitárias teriam que encontrar outro esquema de acerto de contas com o Município. Quem dera que todas as superavitárias, como Alvalade, tivessem a capacidade de fazer esse trabalho, o que significava que estavam a servir corretamente as suas populações. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **autorização prévia à celebração de contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 16º da Lei nº 74/2013, de 12 de setembro, nos termos da Proposta nº 83/2014**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 8 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções. -----

----- **Ponto 7 – Assuntos de interesse para a Freguesia:** -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que na delegação da Junta de Freguesia da Teixeira de Pascoais o telefone fixo estava sem funcionamento havia pelo menos seis ou sete dias. Era para que o Executivo tomasse nota e procedesse em conformidade, porque já tinham chegado alguns fregueses dizendo que não tinham oportunidade de contactar a Junta. -----

----- **Membro Manuela Maia (PSD)** disse que gostava de lembrar ao Senhor Presidente que na Dom Rodrigo da Cunha, Francisco Franco, as árvores tinham as copas muito elevadas e praticamente não havia luz porque a iluminação estava muito fraca. Talvez a substituição das lâmpadas. -----

----- Os jardins na Francisco Franco também estavam para ser tratados e inclusivamente os passeios estavam cheios de relva. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já era do seu conhecimento haver dificuldades com as telecomunicações da Teixeira de Pascoais, que resultavam de algumas dificuldades na transição do operador, no contexto da instalação dos novos serviços de telecomunicações e no âmbito daquele procedimento para o qual a Assembleia de Freguesia aprovara a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais. A informação que tinha era de que na segunda-feira já estaria tudo operacional ao final do dia. Esperava que assim fosse e monitorizariam se assim era. Estavam a ser paulatinamente instalados os novos serviços de telecomunicações em todos os edifícios sob gestão da Junta de Freguesia e tinha havido uma dificuldade em concreto nesse edifício. -----

----- Quanto às copas das árvores, diziam os serviços e confiava na opinião técnica de quem percebia mais de arvoredo, que o mês apropriado para realizar podas das árvores era o mês de outubro. Era nesse mês que estava previsto realizar a poda do arvoredo na Freguesia em geral e naturalmente também na Avenida Dom Rodrigo da Cunha e Rua Francisco Franco. -----

----- Sobre a manutenção dos jardins, não tinha informação de que tivesse havido qualquer dificuldade. Eles ainda eram mantidos pelos mesmos prestadores de serviços anteriores e, portanto, tentaria apurar se tinha havido alguma dificuldade em concreto. --

----- Quanto aos passeios com ervas, tinha sido um ano especialmente difícil do ponto de vista da deservagem e da monda química por duas razões em particular. Primeiro porque tinha sido um ano em que os períodos de chuva e de sol intercalaram de tal maneira que aumentara o nível de crescimento das ervas. Depois porque as férias dos funcionários do posto de limpeza das Murtas estavam já determinadas quando eles eram funcionários do Município e a Junta não fora livre de fazer a organização do mapa de pessoal durante o período de férias, o que diminuiria significativamente a capacidade operacional durante o período de verão. -----

----- A informação que tinha dos serviços era que do ponto de vista da passagem da roçadora, como aliás estava descrito na Informação Escrita, já quase todo o território da Freguesia sofrera deservagem mecânica e que na próxima segunda-feira se iniciariam as aplicações de monda química com a utilização de herbicida para eliminar as ervas referidas, que eram as mais rasteirinhas entre a calçada portuguesa. -----

----- A iluminação era competência do Município. Tomava nota e iria encaminhar para os serviços competentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____

-----O PRESIDENTE-----



